ATA DA 15ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2014/2016
REALIZADA EM TRÊS DE FEVEREIRO DE 2016.

No dia três do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Quinta Reunião Ordinária – biênio 2014/2016 - do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 14ª reunião – biênio 14/16; 2 - Comunicação sobre o edital 01/2015 e edital nº 01/2016 - apresentação de projetos ao Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente - FMPRMA; 3 - Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SEFIN, SETUR, SIEDI, SEAS, SECID, PRODESAN, UNIFESP, ABES, OAB, IMA, COMEB. Foram justificadas as ausências de SEMAM I, CET, UNIMONTE, AEAS, FUNDAÇÃO MOKITI OKADA. O presidente iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes. A ata, enviada por e-mail para leitura prévia, foi aprovada por unanimidade. O presidente perguntou ao Sr. Arlindo/CODESP sobre nova apresentação da Dra. Célia a respeito da dragagem, pois na reunião anterior não foi concluída e ele verificará sua disponibilidade. Sobre o licenciamento da ELTE, informou que os pareceres das Câmaras Técnicas serão compilados para um parecer geral do COMDEMA. Em seguida, convidou a Secretária de Meio Ambiente Debora Blanco que discorreu sobre os resultados do edital de 2015 para apresentação de projetos. Explicou que ao assumir a secretaria, o Conselho do Fundo de Meio Ambiente estava se reunindo para analisar os projetos apresentados, dos quais 5 de organizações sociais e 4 de órgãos públicos. Esse foi o primeiro edital a deliberar recursos, por isso aconteceram diversos questionamentos e dificuldades para organizar o processo. Sem assessoria técnica, os conselheiros, se dispuseram, deixando suas funções de trabalho, e se debruçaram para formatar o mesmo. Os projetos apresentados não elaboraram os cronogramas de desembolso adequadamente. Nesse processo de seleção ficou clara a diversidade de forma de apresentação, por isso será lançado um novo edital com planilhas e manuais que padronizam as informações. As organizações classificadas terão contrato com o Banco do Brasil e a liberação de parcelas será de acordo com o cronograma financeiro. Os modelos foram elaborados com base no FEHIDRO e outros convênios com o estado. O procedimento administrativo é detalhado, principalmente no início, mas precisa existir para não haver problemas depois. Nenhum dos apresentados em 2015 conseguiu passar, ela e os demais conselheiros do Fundo não querem o dinheiro parado, por isso será lançado novo edital no corrente mês, e as organizações terão 30 dias para adequarem e entregarem seus projetos. Após a aprovação, a entidade precisará apresentar 3 orçamentos para obter o preço médio e assinar o contrato com o banco, o que deve acontecer antes de junho, 3 meses antes da eleição, conforme a lei. Sr. Paulo Marco sugeriu que os manuais sejam publicados e estejam acessíveis na Internet e que haja um plantão de dúvidas para os interessados. Sra. Debora informou que estão assessorados na área financeira pela funcionária da SEFIN, Sra. Ana Márcia e pelo funcionário da SEMAM, Sr. Fernando Azevedo que farão a prestação de contas e analisarão os relatórios e Sr. Márcio Paulo, assessor técnico do Fundo. Dúvidas sempre existirão, a intenção é agilizar os procedimentos para as entidades. E sempre que o COMDEMA tiver sugestões, pediu que as leve ao Conselho do Fundo. Sr. Bandini sugeriu que o conselho defina os processos em outro formato, com temas estruturantes, como Mudanças Climáticas, Defesa da Mata Atlântica, Política de Resíduos e pontuais, como Educação Ambiental, com recursos fixados em percentuais para cada um, sem desmerecer os pontuais. Que seja um processo permanente, mas atualmente os recursos são escassos. Uma maneira de o Conselho contribuir, seria a diferenciação desses processos. A

Secretária respondeu que quanto à SEMAM, estão organizando a gestão institucional de resíduos e os parceiros, quem opera e precisa do sistema, montar esse quadro para em maio, junho trazer ao COMDEMA. A pontuação dos projetos é maior para os voltados à gestão de resíduos, e é preciso que deixem claro quem são os parceiros públicos e privados. Estão assinando com entidades, como a LIMPET, que fabricam vassouras reutilizando garrafas de pet, as quais não podem ser amassadas, e precisam descobrir um parceiro. A intenção é potencializar o trabalho de todos, mas antes precisam esperar os projetos para montar o quadro de gestão. Existe também a questão da credibilidade para que o Ministério Público direcione recursos advindos de multas, taxas ao Fundo e, a partir daí, pensar em projetos estruturados. Esse é o momento de organizar a base, mostrar como o Fundo está ajudando a cidade. Sr. Jaime perguntou se foram definidas multas dos incêndios recentes e a Secretária respondeu que ainda não tem informações sobre as penalidades e que as multas da CETESB não vão para o Fundo Municipal. Sr. Ibrahim questionou o repasse do ICMS verde ao Fundo e que, agora, através do Conselho, pode ser solicitado o repasse de cerca de 1 milhão e meio de reais. Sra. Debora explicou que primeiro precisam deixar os procedimentos ágeis e corretos, para evitar problemas, e que os recursos só saem após assinar o contrato. Mostrando que estão progredindo, poderão reivindicar mais recursos. Sr. Jaime citou o recurso advindo de um acidente na Alamoá, cerca de R\$ 8 milhões, que por falta de projetos foi devolvido. Ela explicou que no século XX os recursos eram para obras. Com a dificuldade de aplicarem os valores, abriram também para projetos. Tem certeza que surgirão grandes ideias, e esse é o momento de formatar para que funcionem. E havendo mais dinheiro do Fundo, precisarão de menos do orçamento da prefeitura. Sr. Paulo Marco disse que o principal não é a distribuição de recursos, mas o desenvolvimento dos projetos e sugeriu que a SEMAM e/ou a prefeitura capacitem as instituições para aprenderem a buscar recursos, a Secretária sugeriu que ele coordene um grupo no Jardim Botânico. Ele também lembrou que o imposto não pode ser vinculado à destinação, fere a natureza jurídica do imposto, que é destinado à Prefeitura e é a dotação que o distribui. Apenas as taxas de contribuição específica, como a de lixo, possuem a destinação definida. A Secretária destacou que algumas ONGs já fazem capacitação para projetos, podem ser criadas parcerias. A assessoria da SEMAM e prefeitura também estão à disposição. O objetivo agora é agilizar o processo, para os projetos apresentados sejam formatados de acordo com o novo edital, que está aberto a novos também. Ao mesmo tempo há entidades que não estão devidamente estabelecidas, não sabem montar projetos e não conseguem fazer parcerias, para o que também se pode e se deve dar apoio. Sr. Ademar explicou que o novo edital está mais padronizado, baseado nas dificuldades do anterior, para não cometerem os mesmos erros. Sr. Ibrahim lembrou que o Fórum da Cidadania, que possui ações no âmbito social e ambiental, e que antes contava com o apoio da PETROBRAS, está dependente da contribuição voluntária de R\$ 30,00 de apoiadores, e que o apelo não é apenas para que contribuam, mas que participem das discussões. A Secretária lembrou para que não incluam nos projetos o custeio da entidade, apenas do desenvolvimento do projeto, ou não será classificado. Quer que fique claro para que possam caminhar juntos. Sr. Fábio Boturão/ASS ressaltou a importância da participação de todos, criar ferramentas para apoiar as entidades que já existem, muitas não têm habilidade de manejar verba pública, por isso a importância de criar agentes multiplicadores e destacou que a prestação de contas não é fácil. A Secretária concordou, não é fácil nem para o poder público, que precisa fazer licitação, seguir uma série de regras e passar pela morosidade burocrática. E em parceria é muito mais fácil, para todos. O ICMS verde, por exemplo, vai para a Fonte 1 da Prefeitura, se a sociedade se organizar cada vez mais e houver parceria do conselho, das entidades, será mais fácil trazer esses recursos para o Fundo Municipal porque existirá uma sociedade organizada. Mas, para querer e pedir mais, é preciso, antes, mostrar que estão fazendo. Ou vai

parecer que estão multando para obter esses recursos. Sr. Ibrahim destacou que os recursos advindos da fiscalização de emissão de gases também deveriam ser repassados para o Fundo. A Secretária disse para anotarem as grandes ideias e pensarem como operacionalizá-las, pois o trabalho é imenso, principalmente quando é necessário mudar a legislação e o COMDEMA é importantíssimo para tal. Lembrou que é interessante preparar um *check list*, priorizar e realizar uma coisa de cada vez e depois passar para o próximo passo. E no próximo voltará para discutir com o Conselho. Sr. Jaime citou que participa de uma Câmara Técnica e, em reunião na SEMAM, observou que a secretaria possui muitas dificuldades, perguntou se os recursos também serão destinados a ela, pois está precisando. A Secretária explicou que são coisas diferentes, a secretaria depende do orçamento que a prefeitura disponibiliza, que está curto para todos. Os recursos do Fundo não podem custear nem a secretaria nem as ONGs, a SEMAM apresentou 3 projetos e também não se classificaram, todos são avaliados igualmente. Sugeriu que as entidades vencedoras apresentem os projetos ao COMDEMA. Sr. João Guedes perguntou se cabe recurso, e ela respondeu que sim, a qualquer momento, mas para que o recurso seja disponibilizado mais rápido, vale mais a pena participar do novo edital. Sr. Ibrahim disse que irá preparar o documento sugerindo repasse dos recursos destinados da emissão de gases para o Fundo. Sr. Jaime pediu salva de palmas para a Secretária Débora e ela agradeceu. O presidente agradeceu e passou aos Comunicados da Secretaria. A secretária informou que receberam um ofício do vereador Hugo Dupré, para ciência do COMDEMA e do IBAMA, sobre a tragédia de Mariana, para o qual solicita instruções a respeito da tramitação no congresso do projeto de lei sobre o novo código de mineração. Também informou sobre as feiras de orgânicos, Sr. Paulo Marco explicou que a partir de março serão 5 por mês, sairá em breve nos jornais. Entre os Assuntos Gerais, Sr. Ademar perguntou ao Sr. Frederico/SEPORT se há alguma novidade sobre os estudos da dragagem e ele respondeu que estão oficializando o contrato com a USP. Sr. Ademar comentou sobre o incêndio na Alemoa, o CREA reúne um grupo que congrega diversas entidades para aprimoramento de novas técnicas. E nesse meio tempo aconteceu um novo episódio no Guarujá, na empresa Localfrio. Participou de evento na OAB, com a promotora Flávia que levantou diversos comentários. Sr. Arlindo informou que a CODESP está fazendo revisão de armazenamento de containeres com as empresas e gerou revisão de procedimentos nas formas de comunicação com a União, o Corpo de Bombeiros, inclusive para evacuação da área, tanto com ações imediatas quanto com ações definitivas. Sr. Ademar disse que em reunião no CREA, o Cel. Armani ressaltou que o risco do acidente do Guarujá foi muito maior do que o da Alemoa, devido à falta de conhecimento sobre o material armazenado. A intenção é a criação de procedimentos. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária